



CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E A LUTA DOS POVOS ORIGINÁRIOS

CARLOS MATHEUS MATOS SANTOS DOS SANTOS; PAULA CRISTINA LUZ
FERREIRA

RESUMO

O presente resumo busca promover uma reflexão perante as expressões da questão social, como o avanço do desmatamento e a busca por permanência de povos originários, principalmente, quando eles têm os seus direitos ignorados, e a importância da luta para reivindicar o que está inscrito na Lei nº 6001 de 19 de dezembro de 1973, que ampara esses sujeitos. Em seguida, descrever a visão dos povos indígenas com relação às inúmeras falácias a respeito de sua cultura, explicitar mais sobre programas e leis que garantem a permanência destes em ambientes protegidos e discutir as relações sociais históricas do Brasil, de como segue sendo um país que não respeita os indivíduos que estão nele muito antes dos invasores portugueses. E por último, fazer uma análise de como ocorreu a exclusão dos povos indígenas durante o período da COVID-19, explicando a ampliação de sua restrição social. Para explicitar, de acordo com o Ministério da Saúde a situação das comunidades indígenas se agravou de forma preocupante, pois elas não tinham contato com os anticorpos que poderiam ajudar na sua recuperação. Se antes da pandemia esses povos sofriam com as desigualdades sociais, ausência de suporte médico e afins, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL) 2019-2022, a realidade se agravou, como consta no BBC News Brasil (2023), que explicita o genocídio contra povos Yanomamis, notícia no qual assustou não somente o Brasil, mas diversos países, e o avanço do desmatamento, colocando a hashtag #prayforAmazonia em destaque nas redes sociais, expondo cada vez mais a falta de experiência do governo Bolsonaro em lidar com as expressões da questão social.

Palavras-chave: Conservação Ambiental, expressões da Questão Social, Povos Originários, COVID-19, Amazônia.

1 INTRODUÇÃO

A priori, este trabalho tem como finalidade descrever, de forma breve, a perspectiva dos povos originários, e as lutas que promoveram pautas importantes sobre conservação ambiental em todo o país. Após esses movimentos sociais, a necessidade de aprimorar políticas públicas que provocaram a preservação tornou-se de suma importância para a permanência de moradores tais como: indígenas, ribeirinhos, quilombolas, etc., mas também auxiliou na segurança da fauna e flora, uma vez que houve um aumento significativo do desmatamento, garimpo, exploração territorial.

Atualmente, com o avanço tecnológico, a propagação de informações e notícias ganham grande visibilidade, casos como os dos povos Yanomamis que conseguiram inúmeros apoios devido a tragédia acometida pelo homem em seu território protegido. Consequentemente, a preocupação do governo Lula em promover o bem-estar desses indivíduos facilitou a luta pela sobrevivência dos mesmos. Por exemplo, de acordo com os dados oficiais do INPE e medições do Deter, no governo anterior a floresta amazônica perdeu 218,41 quilômetros quadrados (km²)

de vegetação em dezembro do ano de 2022, o último sob a gestão do presidente Jair Bolsonaro (PL), em mais um recorde de seu governo. Além disso, segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), entre 2019 e 2022, durante o mandato de Jair Bolsonaro, a área derrubada atingiu 35.193 quilômetros quadrados, tamanho maior do que os Estados de Sergipe e Alagoas juntos. Em comparação com os quatro anos anteriores, o aumento de áreas desmatadas foi de quase 150%.

Diante dessas situações, vemos a necessidade de realizar programas de conservação ambiental, proteção dos povos que residem dentro desses locais e a luta incessante dos movimentos sociais ambientalistas pela reivindicação dos direitos de territórios protegidos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os materiais utilizados neste trabalho foram leituras bibliográficas, pesquisas em livros, reportagens, sites de informações, vídeos sobre movimentos sociais ambientalistas, e autores indígenas de diferentes localidades do país.

3 CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Historicamente, os povos originários, em diferentes territorialidades do Brasil, almejam a preservação do meio ambiente, além de resistir contra as ameaças de garimpeiros, o avanço do desmatamento, grilagem de locais cuja finalidade é omitir o domínio de território, entre diversos motivos. Assim, eles buscam meios de garantir sua permanência indo contra os avanços do Capitalismo Monopolista, combatendo a ilegalidade e aprimorando suas convicções enquanto seres posicionados. Por outro lado, apenas lutar não é o suficiente contra o sistema Capitalista. No século XXI, cada vez mais grupos indígenas têm se engajado em diversos movimentos sociais, produzindo reflexões filosóficas ao utilizar a Amazônia como estrutura para falar do sofrimento, das divergências e debates por terras, outros ocupam os planaltos e câmaras para exigir políticas públicas eficazes contra essas expressões da questão social. Com isso, notou-se a necessidade de programas e políticas voltadas a recursos ambientais que possam promover direitos e atividades educativas.

Diante dessa situação, tratamos das Unidades de Conservação, que são territórios sujeitos a normas e regras especiais. Elas são reguladas pela Lei Federal nº 9.985/2000 e lei nº 14.247/2002, que implementam o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), que são autorizados após realização de pesquisas e estudos técnicos dos espaços recomendados e informados pela população. E a Unidade de Conservação é dividida em dois pilares: em proteção integral cujo objetivo é preservar a natureza, sendo admitido somente o uso indireto dos seus recursos naturais. Por último, a unidade de uso sustentável, que conecta a conservação da natureza com partes dos seus recursos naturais.

3.1. PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMAZÔNIA

Dentro desse cenário, durante as últimas duas décadas, se destacou o monitoramento e fiscalização ao utilizar, de forma avançada, satélites para verificar locais que sofriam com a ameaça de desmatamento ou garimpo, e assim evitando a multiplicação das perdas de forma eficiente e barata. Esta mesma observação foi alcançada por Belmonte et al. (2011, p.9), que descreve sobre a região amazônica enfrentar diversos desafios, principalmente na região de fronteira, onde há uma maior vulnerabilidade social e ambiental. Os autores apontam a necessidade de intervenções governamentais para fortalecer as relações sociais entre os diferentes grupos que habitam essa área e para prevenir ou resolver os conflitos que surgem

de diferentes origens. Além disso, eles destacam o problema de conciliar os diversos interesses em torno da apropriação de recursos naturais com as políticas de desenvolvimento e preservação da natureza na Amazônia.

Ademais, os municípios prioritários, sendo locais que recebem um tratamento diferenciado pelo histórico do desmatamento que pôde ser reduzido pela fiscalização mais insistente nesses locais. O território protegido que foi utilizado como um escudo em ambientes em que o avanço do desmatamento estava sendo avassalador, e o impedimento de acessar os territórios protegidos produziram um vazamento para a invasão de outros locais. Ou seja, o direcionamento da destruição dos ambientes seguia em outro plano, caminhando para áreas diferentes, que embora esse fosse um ponto eficaz para as políticas públicas, era necessário um novo método para combater os novos alvos. Outro exemplo, é o condicionamento do crédito rural. no bioma Amazônico, os produtores rurais acessam recursos disponibilizados por políticas, ou instituições financeiras, que possibilitam o investimento em equipamentos, gados e matérias para o cultivo. Além disso, notou-se o avanço agropecuário em locais desmatados, impedindo a sua proliferação.

Nesta conjuntura, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) ¹foi escolhido pela necessidade de desenvolver uma análise rígida em locais que tiveram mais impacto, na Amazônia, efetivado em 1998, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, para desenvolver e proteger os hectares de floresta, para assim, aprimorar e firmar o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). Além disso, podemos afirmar que esta política federal é guiada, sobretudo, por motivos clássicos de preservação e não usufruir da natureza, mas com grande valorização da natureza em estado puro, em outras palavras, evitando a presença de humanos.

Em seguida, contando com o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC) que, através de análises, foi um importante método pelo crescente número da população em determinadas regiões da Amazônia, que foi lançado no segundo mandato do Presidente Lula, que depois foi conectado ao Plano Plurianual (2008-2011), que passa a fazer parte da Administração Pública Federal.

Outrossim, foi implementado o Plano Amazônia Sustentável (PAS), lançado pelo Governo Federal em 2008, que foi a tentativa da política de alcançar o desenvolvimento econômico e a preservação da Amazônia, atrelado a uma perspectiva de biodiversidade sustentável.

3.2. PERSPECTIVAS DOS POVOS ORIGINÁRIOS NO SÉCULO XXI

Por consequência dessa invasão, no século XXI a forte presença de ativistas indígenas tenta impor-se contra esse sistema opressor, que perpetua práticas de cunho colonialistas no intuito de criar uma atmosfera exploratória, ignorando vidas em territórios naturais, visando apenas matérias-primas. Um dos que configuram esse meio é Ailton Krenak, que destaca os resultados devastadores dos portugueses, na Amazônia, e as cicatrizes históricas dessa segregação socioespacial. Com isso, Krenak (2019) em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo* propõe observações e reflexões sobre como esses povos lidavam com as colonizações, e quais tipos de estratégias utilizaram para acordar desse pesadelo, que seguiu invicto assombrando-os:

Vi as diferentes manobras que os nossos antepassados fizeram e me alimentei delas, da criatividade e da poesia que inspirou a resistência desses povos. A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não

¹ O ARPA tem o objetivo de promover a conservação e a proteção permanente de 60 milhões de hectares ou 15% da Amazônia brasileira – uma área maior que a Alemanha. É considerado o maior programa de conservação de florestas tropicais do mundo.

são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo suas visões sobre o mundo.

Durante séculos os povos indígenas travaram lutas contra o seu genocídio feito pelo homem branco e seu Antropoceno, mas durante a pandemia do COVID-19, em 2020, esses povos foram mais atormentados que nunca, por um governo de extrema-direita neoliberal que apenas visa o capital, e fortifica a ideia de apagamento de qualquer cultura que estiver a sua frente. Para exemplificar, o Brasil se encontra na quarta grande corrida do ouro ilegal na Terra Indígena Yanomami, sendo o primeiro em 1970, a mando dos militares no período da ditadura. O segundo momento, no início da Nova República, e a terceira nos anos 1990 que acarretou anos depois no assassinato de 16 Yanomami da aldeia Haximu, na Venezuela. Os principais suspeitos foram 23 garimpeiros acusados pela chacina e extração ilegal de ouro, porém apenas 5 foram condenados pelo crime.

Assim como Krenak (2020) ressalta, a pandemia surgiu e demonstrou a muitos que inúmeras mazelas sociais já se encontravam em um *lockdown*, escondidos de algo, de uma doença, de um preconceito, ou dentro de uma floresta². Sendo assim, também pontua que durante o isolamento social, não sabia como explicar para alguém que estava recluso dentro de um apartamento na metrópole sobre a sua quarentena, na tribo. Ainda destaca que durante esse período conseguia produzir plantações, colhia, e seguia os dias normais, pois a forma que a sociedade os restringia dos demais já era uma pandemia.

Por último, é necessário salientar que o futuro de uma localidade não depende, exclusivamente, dos acontecimentos e lutas travadas internamente, e de políticas implementadas pelo governo brasileiro, mas também das cooperações internacionais, principalmente na América do Sul em si, que se conectam com a bacia da Amazônia.

Em outras palavras, é necessário aprofundar os saberes sobre os métodos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), que são os países membros:

4 CONCLUSÃO

Portanto, é possível concluir a importância de um governo que se preocupe com as mazelas sociais, com o futuro de ambientes considerados “o pulmão do mundo” entre outros contextos. Pois a conservação de locais sensíveis faz-se necessário uma conscientização das ações ocorridas na sociedade, o avanço da tecnologia está sendo eficaz para informar indivíduos cujo a condição precária não obtenha meios. Entretanto, o debate contra as falsas informações é o grande vilão das lutas e movimentos sociais, que são difamadas pelas mídias.

O presente trabalho trouxe acontecimentos históricos, voltados ao meio ambiente e aos povos indígenas, cujo seu protagonismo nesses espaços é de grande importância, pelas pautas que defendem, pelos costumes singelos, e por conseguir viver em espaços puros sem precisar sofrer nas mãos de um sistema Capitalista. Assim, a pretensão final é pontuar os debates diante um governo cuja finalidade foi ir contra a permanência de ambientes protegidos, de vidas que habitam nesses locais, não aceitando sua existência. Com isso, Krenak pontua, a sociedade capitalista não consegue ver validade em pessoas que não produzem mais-valia, não aceitam viver sabendo que existem pessoas que não aceitam morrer de trabalhar. Ele termina

² Em seu livro “O amanhã não está à venda” de 2020, Ailton Krenak enfatiza a questão lamentável da exclusão social que o seu povo, e os demais indígenas no Brasil sofrem, e que a pandemia da COVID-19 confirmou essa disparidade social. Em seguida, desabafa: “A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reversa de 4 mil hectares — que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita —, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez mais resistentes. Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, pois é um único bloco socioambiental de países dedicado à Amazônia, que consequentemente, promove e fortalece os direitos dos povos originários, comunidades locais, e empodera mulheres da região Amazônica.

dizendo, que as pessoas deveriam aprender a andar na natureza igual um pássaro voa no céu, sem deixar rastros.

REFERÊNCIAS

Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). **WWF Brasil**, 2015. Disponível em:<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/amazonia1/nossas_solucoes_na_amazonia/areas_protegidas_na_amazonia/arpa/>. Acesso em: 17 de jul. 2023.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 01. ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. 01, ed. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2020.

BELMONTE, C.; IRVING, M.; QUINTSLR, S. Políticas Públicas para a Amazônia: práticas e representações em disputa, Salvador - BA, n. 23, p. 09-15, 2011, **Revista de Desenvolvimento Econômico**.

MACHADO, Flávia de Figueiredo. "Unidades de Conservação"; Brasil Escola. Disponível em:<https://brasilecola.uol.com.br/biologia/unidades-conservacao.htm>. Acesso em 31 de julho de 2023.

FELLET, J.; PRAZERES; L. Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. **BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rp1do>> Acesso em: 07 de agosto de 2023.